

PARA ALÉM DO APOIO AO PAN-AMERICANISMO: AS REPRESENTAÇÕES DA DIPLOMACIA BRASILEIRA NO CONTINENTE AMERICANO CONTIDAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL E HISTÓRIA DA AMÉRICA DE ANTÔNIO JOSÉ BORGES HERMIDA E JOAQUIM SILVA

Felipe Augusto dos Santos Vaz

Mestrando em História pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: fevaz18@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3498-8822> E-mail: fevaz18@gmail.com

PARA ALÉM DO APOIO AO PAN-AMERICANISMO: AS REPRESENTAÇÕES DA DIPLOMACIA BRASILEIRA NO CONTINENTE AMERICANO CONTIDAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL E HISTÓRIA DA AMÉRICA DE ANTÔNIO JOSÉ BORGES HERMIDA E JOAQUIM SILVA

BEYOND SUPPORT FOR PAN AMERICANISM: THE REPRESENTATIONS OF BRAZILIAN DIPLOMACY IN AMERICA CONTINENT CONTAINED IN THE TEXT-BOOKS OF BRAZIL'S HISTORY AND AMERICA'S HISTORY OF ANTÔNIO JOSÉ BORGES HERMIDA AND JOAQUIM SILVA

Felipe Augusto dos Santos Vaz

RESUMO

Objetos de cultura que podem ser interpretados como importantes ferramentas na normalização da cultura, os livros didáticos carregam consigo um expressivo conjunto de representações da realidade que, por sua vez, buscam legitimar determinados sentidos sobre o vivido. Tais sentidos mobilizam determinadas memórias – que, para além de viabilizar os vínculos entre o passado e o presente, possibilitam a construção e legitimação das identidades. Estas, fundamentadas por uma série de normas comportamentais, buscam efetivar certas práticas cotidianas que, por seu turno, se encontram intrinsecamente ligadas às intencionalidades que regem projetos identitários específicos – como, por exemplo, o pan-americanismo. Corolário do republicanismo norte-americano, o projeto em questão influenciou significativamente a política externa do Brasil – que tentou, desde o final do Dezenove, alinhar-se à lógica estadunidense. Tal estreitamento levou o país a autodeclarar-se como uma importante nação no continente – um “gigante americano”. Frente a estas considerações, pontua-se que a pesquisa que ora se apresenta toma com finalidade promover algumas reflexões a respeito das relações entre a política externa brasileira e o pan-americanismo nos anos 50, buscando compreender seus reflexos na construção das representações sobre a atuação brasileira no cenário continental presentes nos livros didáticos de História que circularam no período em questão.

PALAVRAS-CHAVE: livros didáticos; pan-americanismo; política externa brasileira.

ABSTRACT

Objects of culture that can be interpreted as important tools in the normalization of culture, textbooks carry with them an expressive set of representations of reality that, in turn, legitimately seek meanings about the lived. Such senses mobilize memories - which, in addition to enabling the links between the past and the present, enable the construction and legitimation of identities. These, grounded in a series of behavioral patterns, seek to effect certain everyday practices that, in turn, separate intrinsically linked to the intentionalities that govern identity projects used - such as, for example, or Pan Americanism. A corollary of US republicanism, the project in question has influenced Brazil's foreign policy - which it intends, since the end of the XIX century, in line with US logic. This narrowing led the country to declare itself as an important nation on the continent - an "american giant." Given these considerations, you can research which are the following items that may promote some reflections and respect the relations between Brazilian foreign policy and Pan Americanism in the 1950s, seeking to understand their reflexes in the construction of representations about a Brazilian performance in the scenario. The mainland is presented in the history textbooks that circulated in the period in question.

KEY WORDS: textbooks; pan americanism; brazilian foreign policy.

Introdução

Objetos culturais complexos, cuja produção é fundamentada pela atuação de uma multiplicidade de sujeitos, os livros didáticos podem ser interpretados como ferramentas essenciais à normalização da cultura (BENITO, 2012). Para além, vistos como instrumentos de transmissão de saberes e valores sociais, eles dispõem de um considerável repertório de representações da realidade cujas significações tomam como finalidade a consolidação de certas visões de mundo.

Tais visões, que partem de sujeitos inseridos em um lugar de poder específico do campo social, tomam como fundamento determinados conjuntos discursivos que, por sua vez, podem ser interpretados como práticas descontínuas (FOUCAULT, 2014) que compõem aquilo que Laville (1999) classifica como uma guerra de narrativas. Esta, caracterizada pelas disputas simbólicas estabelecidas entre os mais diversos discursos produzidos nas sociedades, pode ser compreendida como resultado das disputas estabelecidas entre as intencionalidades que buscam promover e legitimar as práticas que se desencadeiam no convívio social – validando assim, os sentidos sobre o real.

Por certo, ressalta-se que este processo de legitimação leva em conta a mobilização da memória - que, de acordo com Aróstegui (2004), pode ser vista como um recurso capital no vínculo do passado com o presente. Imprescindivelmente empregue na construção do mundo concreto, ela seria afirmada como uma importante dimensão do social - atuando como um dos principais elementos de constituição das identidades.

Tais identidades carregam consigo normas que tomam como fim o estabelecimento das regularidades comportamentais – que procuram definir os modos pelos quais deveríamos nos comportar. Para mais, este portar-se que, por seu turno, se alicerça por meio de uma série de práticas cotidianas, fundamentariam as intencionalidades por trás de projetos identitários específicos – dentre os quais cabe aqui destacar o pan-americanismo.

Idealizada pelos Estados Unidos desde o século XIX, a lógica pan-americanista propusera, à priori, a união entre as nações do hemisfério ocidental, garantindo a defesa contra as supostas possibilidades de interposição européia no continente - como então apregoaram os pressupostos da Doutrina Monroe. Corolário do republicanismo norte-americano, o projeto em questão estimulou a influência estadunidense sobre os demais países da América – cujos tratos diplomáticos com os Estados Unidos apresentavam uma expressiva e marcante oscilação.

Ora marcadas por conflitos e resistências, ora assinaladas por seu caráter solidário e harmônico, tais relações fundamentaram, cada qual, uma lógica a respeito do pan-americanismo. Por um lado, sobretudo nos países localizados na região central do continente, as intencionalidades estadunidenses que assentavam o pan-americanismo se exprimiriam como um aspecto negativo a ser combatido; ao passo que, por outro, tais intentos expressariam a alguns Estados da América do Sul, a verdadeira definição da ideia de "nação civilizada" - como pôde ser observado, por exemplo, no caso brasileiro.

Alinhado à política externa norte-americana e, portanto, compactuando valores intrínsecos ao pan-americanismo, o Brasil promoveu, junto à proclamação da República, um processo de identificação com o modelo estadunidense de civilização - aspecto que, de um modo geral, se intensificaria no decorrer do século XX. Apropriando-se dos princípios de democracia, liberdade e solidariedade, o Estado brasileiro buscava atingir o mesmo “patamar civilizacional” dos norte-americanos – promovendo, com isso, e em busca de seu reconhecimento, a ideia de corresponder, juntamente com os Estados Unidos, a um gigante do hemisfério ocidental.

Frente às considerações até aqui traçadas, o trabalho aqui desenvolvido fomenta algumas reflexões a respeito dos alinhamentos entre a política externa brasileira e o pan-americanismo nos anos 50, buscando compreender seus reflexos na construção das representações sobre a atuação brasileira no cenário continental presentes nos livros didáticos de História que circularam no período em questão. De que maneira a política externa brasileira é retratada pelos manuais escolares? Quais são as valias atribuídas ao pan-americanismo? Como estes materiais contribuem ao parecer do país enquanto um “gigante americano”? Buscando respostas que favoreçam a elucidação destes questionamentos, opta-se

por debruçar sobre quatro obras específicas, sendo elas a História do Brasil: para a primeira série do ginásio e História da América: 2ª série: curso ginásio, de Antônio José Borges Hermida e História do Brasil: para a primeira série ginásio e História da América para a segunda série do ginásio, de Joaquim Silva – todas publicadas pela Companhia Editora Nacional (CEN).

No primeiro segmento optou-se por traçar os aspectos que caracterizam as conexões entre a política externa brasileira e diplomacia norte-americana desde o final do século XIX até a segunda metade do século XX. Para tal, ressaltam-se os impactos da proclamação da república nos delineamentos da política externa brasileira; os anseios republicanos em prol da formação de uma “identidade americana”; a concordância do Brasil à lógica pan-americanista; sua “desidentificação” com os países latino-americanos; a busca da superioridade brasileira frente às demais nações da América do Sul; o reconhecimento da hegemonia estadunidense na região setentrional e central do continente; bem como, as tentativas de estabelecimento da noção dos “gigantes da América”.

Na sequência, a segunda seção discorre sobre os impactos dos referidos atos diplomáticos no campo educacional brasileiro. Dessa forma, tem-se discorrido sobre a promulgação da lei nº 1.359/51 - compreendida como uma demonstração do comprometimento com o pan-americanismo -; a institucionalização da disciplina História da América; a consequente conformação de um currículo específico para a matéria em questão; a importância de seus conteúdos e métodos às representações que ostentam; seu poder simbólico; a relevância deste novo programa curricular na produção dos livros didáticos; a memória instigada pelos relatos mobilizados nestes materiais; o valor destas memórias na construção da identidade pan-americana; tal como, a consequente influência na ratificação das regularidades comportamentais definidas por esta dimensão identitária.

Por fim, a terceira parte expõe algumas considerações a respeito da análise empreendida nas fontes selecionadas. Debruçando-se, especificamente, sobre o texto-base das obras em questão, toma-se como objetivo expor os aspectos que, segundo as descrições didáticas, constituiriam o caráter de nossa política externa no tocante à América. Dessa forma,

dispõem-se aqui de alguns fragmentos discursivos com o propósito de exemplificar os valores atribuídos às atuações do Brasil em dados momentos na história do continente.

As diplomacias dos “gigantes da América”: as relações históricas entre a política externa brasileira e o pan-americanismo norte-americano

Na segunda metade do século XIX, significativos acontecimentos passaram a se desencadear na vida política, econômica e social do Brasil. Podendo ser interpretados como resultantes de uma contínua insatisfação quanto às atuações da monarquia, estes fatos colocariam em xeque o poder imperial - minando, ao longo do tempo, sua capacidade de autopreservação. Nessas circunstâncias, ressalta-se, por exemplo, que o ininterrupto crescimento das ideias e círculos republicanos; o descontentamento acerca da escravidão; as contínuas e intensas campanhas do movimento abolicionista; bem como a derrocada do sistema escravista foram alguns dos fatores que contribuíram à queda do império brasileiro – superado, então, com a proclamação da república em 1889.

Esta superação não tomou proporções, essencialmente, revolucionárias – afinal, conforme ressaltado por Costa, o fato em questão

... não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros (1999, p. 490).

Contudo, apesar destes apontamentos, seria um equívoco deixar de pontuar algumas mudanças que permearam não apenas o âmbito das políticas internas, mas, principalmente, perpassaram as formas de condução de nossa política externa – particularmente, no que diz respeito às ligações com os demais países do continente americano.

Se no decorrer do século XIX o Brasil-Império havia estruturado uma profunda identificação com o modelo europeu de Estado Nação, com o advento da República ele “(...) pôde, finalmente, assumir sua identidade americana, muito de acordo com o já antecipado em 1870 no Manifesto Republicano (...): ‘somos da América e queremos ser americanos’” (SANTOS, 2004, p. 114).

De fato, este desejo confesso instigado pelos republicanos brasileiros não apenas se pautou como a expressão da necessidade em se construir uma identificação com a ideia da transnacionalidade, mas esteve intrinsecamente ligado a valores promovidos pelo republicanismo norte-americano, endossando a formação de um modelo específico para tal identidade – consubstanciada, então, pela lógica do pan-americanismo.

Interpretado por Santos (2004) como o corolário do republicanismo, o pan-americanismo surgiu, em fins do século XIX, como um projeto de integração entre os países americanos que tomava como intuito promover a ideia de proteção contra as eventuais tentativas de intervenção europeia no continente. Para mais, orquestrada pelos Estados Unidos e colocando em pauta o direito à liberdade de atuação das nações americanas, a ideia pan-americanista tomava como respaldo a Doutrina Monroe - que, sob um caráter unilateral e essencialmente não-afirmativo (SANTOS, 2004), manifestara a ideia da "América para os americanos".

A princípio, tomada como "(...) um documento defensivo que se referia ao passado –a preleção de despedida de George Washington - e não a um futuro de dominação e hegemonia sobre outras nações" (TULCHIN, 2016, p. 29), a Doutrina Monroe tornou-se, com o tempo, parte do enfático argumento de superioridade norte-americana - justificando, tal qual pontuado por Santos (2004), sua política imperialista.

Para além de seu caráter violento, assinalado pelo intimidador princípio do Big Stick, esta política buscou concretizar valores que, de acordo com os norte-americanos, colocariam os Estados Unidos no seletivo grupo das "grandes potências" - definidas como tal, graças aos seus, supostos, níveis de civilização. Estes, estabelecidos a partir das noções de

progresso; liberdade; poder econômico e militar; caracterizaram a configuração do emergente sistema internacional, marcado por uma espécie de hierarquia entre as nações.

Frente a estas circunstâncias, precisamente o Brasil

... reconhecia as grandes mudanças – geopolíticas, econômicas e culturais – que estavam acontecendo no mundo na véspera do século XX. Era inevitável que a hegemonia global norte-americana substituísse a britânica e europeia. Era interesse do Brasil fortalecer os laços entre as duas nações. (BETHELL, 2009, p. 297).

Pensando especificamente em seus vínculos com os Estados Unidos, pontua-se que este interesse almejava promover o país rumo a uma posição semelhante à norte-americana (TULCHIN, 2016), considerando-o, portanto, igualmente civilizado. Tal promoção teve um importante impulso através das atuações de sujeitos como Joaquim Nabuco e José Maria da Silva Paranhos Júnior - o Barão do Rio Branco, a quem se fazia imprescindível a consolidação de uma "(...) 'aliança não escrita' com os Estados Unidos" (BETHELL, 2009, p. 298).

Em conformidade com as ponderações feitas por Tulchin, no decorrer do período em que assumiu o Ministério das Relações Exteriores,

... o barão do Rio Branco adotou uma postura distanciada em relação às demais nações da América do Sul, mas deixou claro que via o Brasil como o país mais importante da região. Depois, o cerne da política externa brasileira no século XX seria garantir o reconhecimento dessa hegemonia sem guerra ou conflitos com os EUA (2016, p. 46).

O esforço para este reconhecimento se respaldava por uma perspectiva brasileira que propagandeava a existência de dois "gigantes" no hemisfério ocidental,

... sem dúvida desiguais: os Estados Unidos e o Brasil. Ambos de proporções continentais; ambos com recursos naturais abundantes e alto potencial econômico; ambos 'democracias' (sic) estáveis (a Constituição da República Federativa do Brasil de 1891 foi amplamente baseada na Constituição norte-americana); e ambos, acima de tudo, distintos da América Espanhola ou Latina" (BETHELL, 2009, p. 297).

Efetivamente, a percepção acerca desta distinção não se pautou como algo exclusivo da política externa brasileira. Ressalta-se que desde o século XIX a maioria dos países que conformavam a chamada "América espanhola" assinalava suas diferenças em

comparação ao Brasil e, sobretudo, aos Estados Unidos - os quais nutriam um alto grau de desconfiança¹.

Tal suspeição se intensificou no decorrer das primeiras décadas do século XX – fato que se justifica graças aos desdobramentos da política intervencionista norte-americana em países como Colômbia; Venezuela; República Dominicana; México e Costa Rica (TULCHIN, 2016). Conseqüentemente, diante tais exemplos do ímpeto imperialista da política externa estadunidense, se constituiu em algumas regiões latino-americanas um profundo sentimento de antiamericanismo - cujos reflexos se fizeram mais intensos na América Central do que nos países localizados ao Sul.

De acordo Tulchin (2016, p. 64), na América do Sul, "(...) onde a assimetria de poder era menos acentuada e a ambição hegemônica dos Estados Unidos muito mais fraca (...)", a ideia antiamericanista tendia claramente a ser ínfima, uma vez que a região não sentiria de maneira brusca os impactos da dominação - o que acabava por facilitar, inclusive, o desenvolvimento de certa identidade com a lógica norte-americanacom, por exemplo, ocorreria com o Brasil.

Este processo de identificação se constituía ao mesmo tempo em que a capacidade para o protagonismo brasileiro se fazia correspondentemente maior- o que permitiria garantir tanto o reconhecimento do poder estadunidense ao Norte quanto a hegemonia brasileira ao Sul, como então pretendia o Estado desde a primeira década de século XX.

No final dos anos 20 do mesmo século, após o evento da Conferência Pan-Americana em Havana, ficou cada vez mais nítido

... o péssimo estado das relações entre os Estados Unidos e seus vizinhos, incluindo agora os vizinhos da América do Sul, onde o comércio e investimento norte-americanos cresceram consideravelmente desde a Primeira Guerra Mundial. (BETHELL, 2009, p. 307).

¹ Com exceção da Argentina, que tomava os estadunidenses como modelo ao seu projeto de desenvolvimento enquanto nação emergente entre as Grandes Potências (TULCHIN, 2016).

Consequentemente foi em meio a este contexto que "(...) a oficialidade de Washington e a política externa norte-americana começaram a focar mais seriamente na América Latina (...)" (BETHELL, 2009, p. 307).

Com efeito, o resultado máximo desta ênfase dada pelos norte-americanos se concretizaria, de fato, no início dos anos 30 com a presidência de Franklin Delano Roosevelt e sua política de boa vizinhança, marcando um novo momento da política externa pan-americanista – na qual "(...) o intervencionismo militar passou a ser substituído pelo cooperativismo político e econômico" (ARAUJO, 2018, p. 156). Também, não seria muito sublinhar que

... ao contrário das duas décadas anteriores, não houve invasões de pequenas repúblicas centro-americanas por marines dos EUA, e a intervenção direta do país em outros Estados para defender interesses privados de companhias estadunidenses foi reduzida (MINELLA, 2011, p. 3).

Esta declaração a respeito da configuração das relações entre as nações americanas deve ser compreendida como uma proposta de precaução à fragmentação da lógica pan-americanista e seus fundamentos não devem ser vistos como algo descolado de sua contemporaneidade (BETHELL, 2009). Dessa forma, seria inequívoco destacar que o discurso em questão esteve intrinsecamente ligado à necessidade de se assentar os princípios do sistema de poder norte-americano que havia se estruturado durante o entre guerras e cuja autenticidade via-se ameaçada pelas possibilidades de avanço das influências dos regimes autoritários no hemisfério ocidental – como se fez nítido nas afinidades entre o Brasil de Vargas e a Alemanha de Hitler.

Nas considerações tecidas por Minella (2011), o Brasil ocupou um posicionamento interessante nesta circunstância - caracterizando-se como um influente parceiro comercial a ambas as nações. Isso possibilitou a promoção de interesses pretendidos pelo Estado brasileiro, conformando um terreno fértil ao desenvolvimento do poder de negociação de Getúlio Vargas - que pôde tirar proveito tanto dos norte-americanos quanto dos alemães.

Todavia, pensar nestas questões requer considerar que no decorrer dos anos 30, "(...) apesar do interesse na nova Alemanha, a relação com os Estados Unidos continuava sendo o principal foco da política externa do Brasil" (BETHELL, 2009, p. 298). Ademais, ressalta-se que no início dos anos 40 este vínculo se mostrou ainda mais forte, graças ao rompimento dos vínculos econômicos com os alemães – o que pôde garantir, assim, a intensificação da hegemonia norte-americana no Ocidente durante e após a Segunda Guerra Mundial (TULCHIN, 2016).

Apesar deste reforço hegemônico, em muitos casos ainda se fazia visível a insatisfação com as políticas levadas a cabo pelos Estados Unidos – em especial, por parte do Brasil ao término da conflagração. Sobre esta questão, Bethell destaca, por exemplo, que o país "(...) se mostrou decepcionado com o tratamento dado no pós-guerra (nenhuma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU) e tampouco recebeu assistência especial de desenvolvimento econômico" (BETHELL, 2009, p. 310) - o que acabou, na verdade, repercutindo nas formas de condução de nossa política externa:

Embora, em última análise, o Brasil estivesse sempre ao lado dos Estados Unidos e do 'Ocidente' na Guerra Fria, uma política externa mais independente surgiu, (...) com o presidente Vargas, que em 1951 rejeitou o pedido dos Estados Unidos para enviar tropas brasileiras à Coreia como parte de uma força interamericana... (BETHELL, 2009, p. 310).

Haja vista tais considerações, ainda que o descontentamento brasileiro se fizesse presente logo após o fim da guerra - tendo um eminentereflexo no decorrer dos anos 40 e 50 - a lógica estadunidense - reforçada pelos valores do pan-americanismo - ainda prevalecera como fundamental.

Pautando-se como uma percepção que havia se desencadeado não apenas no Brasil a

... grande maioria dos líderes hemisféricos, ou por não ver alternativa ou por realmente acreditar nessa forma de comunidade hemisférica, adotou a nova Organização dos Estados Americanos como mecanismo de alcançar metas nacionais e da comunidade (TULCHIN, 2016, p. 98).

Criada em 1948 com o propósito de "(...) conseguir manter uma ordem de paz e justiça, promover a solidariedade, intensificar a colaboração e defender a soberania, a

integridade territorial e a independência do continente americano" (LACERDA, 2013, p. 39), a Organização dos Estados Americanos (OEA) teria sido estruturada a fim de se ratificar o novo modelo pan-americano consubstanciado pela política da Boa Vizinhança. Para mais, interpretada por alguns intelectuais como um instrumento de legitimação dos EUA – dada as suas omissões frente ao ininterrupto intervencionismo norte-americano ao longo da Guerra Fria -, a instituição se tornou um oportuno espaço de debate – no qual muitos países latino-americanos travariam suas resistências às tentativas de dominação estadunidense.

Esta oposição reivindicava o cumprimento dos acordos firmados entre as nações latino-americanas e os Estados Unidos - que, claramente, ignoraram, desde o século XIX, os princípios formulados por si próprios e que compunham, portanto, o projeto pan-americano. Em vista destes apontamentos, não seria incorreto evidenciar que na prática os ideais pan-americanistas jamais se efetivaram. Contudo, ainda assim, diante a ineficácia de sua efetividade concreta, eles permearam o cotidiano de outros países, esforçando-se para criar uma pseudorealidade das políticas de solidariedade - como **ocorrera**, por exemplo, em terras brasileiras.

A educação como instância de propagação: o papel dos livros didáticos na veiculação do pan-americanismo

No Brasil, a veiculação das concepções dos princípios pan-americanos se deu mediante a uma série de instâncias - dentre as quais, cabe destacar e problematizar o papel do sistema educacional. Segundo Foucault, todo "(...) sistema de educação é uma maneira de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo" (2014, p. 41) - promovendo, então, uma espécie de ritualização das ideias elaboradas.

Nos anos 50, a preocupação por parte do Estado brasileiro acerca deste processo de ritualização se fez presente, principalmente, a partir das reformas educacionais promovidas pelo então ministro da educação Ernesto Simões Filho. Tais reformas buscavam reestruturar o

cenário educacional brasileiro com a expectativa de democratizar, com especial atenção, o ensino secundário.

Esta democratização partia da necessidade de viabilizar as “oportunidades educativas” (AZANHA, 2004) à determinada parcela da população, sendo desde a década de 1920, tema fundamental discutido por educadores e movimentos sociais. Ainda, ressalta-se que este esforço em prol de um ensino democrático ressurgia nos anos 50 como um reflexo das próprias circunstâncias mundiais assistidas no momento em questão – por sua vez, profundamente marcado pelos incentivos à ideias e práticas democráticas que, por seu turno, deveriam garantir a harmonia e solidariedade entre as nações.

Como pôde ser observado, foi em busca desta mesma garantia que o pan-americanismo se estruturou enquanto um projeto de integração. Logo, não seria demasiado supor que as circunstâncias estabelecidas neste momento acabariam por viabilizar as possibilidades de sua adesão – que, no Brasil, especificamente no campo educacional, poderia ser interpretada a partir da promulgação da lei nº 1.359/51.

Interpretada como parte das mudanças que desencadearam as reformas educacionais assistidas nos anos 50, a lei em questão estabeleceu não apenas a institucionalização de uma nova seriação ao estudo da história no âmbito escolar, mas, determinou a autonomia da disciplina História da América – que passou, então, a ter um currículo específico, pensado separadamente da disciplina História Geral.

Este currículo dispôs de intencionalidades que buscavam se validar através de algumas finalidades ao ensino da disciplina em questão – delineando certos conteúdos, bem como os métodos que definiriam como e o que deveria ser enfatizado. Para mais, tais conteúdos carregaram consigo um conjunto de representações sobre o social, que almejaram ratificar visões de mundo específicas, consubstanciadas através de certos discursos.

Interpretados por Foucault como "(...) práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem" (2014, p. 50), tais discursos protagonizam uma verdadeira guerra de narrativas (LAVILLE, 1999) - na qual cada testemunho se

desencadeia como "(...) a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos (...)" (FOUCAULT, 2014, p. 46). Esta verdade, quando "(...) apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos (...) uma espécie de pressão e como que um poder de coerção" (FOUCAULT, 2014, p.17).

Certamente, tal poder se expressa, precipuamente, através de um poder simbólico - que se estabelece dentro de uma relação de comunicação instituída por sistemas simbólicos que, por seu turno, exprimem as correspondências de força que se manifestam em relações de sentido (BOURDIEU, 1983).

Pensando, especificamente, nos elementos ligados ao campo educacional, para além dos currículos, os livros didáticos equivalem a significativos produtos destas relações. Objetos complexos, cuja produção apresenta uma multiplicidade de etapas e sujeitos envolvidos, os manuais podem ser vistos tanto como ferramentas privilegiadas na organização dos saberes escolares, quanto como importantes utensílios de normalização da cultura (BENITO, 2012) que transmitem certos valores sociais - contribuindo, assim, ao processo de legitimação das acepções sobre o real.

Compreendidas aqui como "(...) enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam" (BOURDIEU, 2007, p. 118), estas significações mobilizadas pelos livros escolares intentam produzir, por intermédio de suas estratégias de apropriação, algumas práticas sociais - que manifestam profundas conexões com os desejos e poderes de quem as idealizam.

Não seria errôneo sublinhar que estes idealizadores empreendem certas mobilizações da memória - que pode ser compreendida como um veículo elementar de transmissão da história (ARÓSTEGUI, 2004). Interpretada por Le Goff (2013) como um elemento que serve ao presente e ao futuro, a memória também se constitui como um mecanismo vital na comunicação com o passado (LE GOFF, 2004), comportando-se como instrumental na construção do mundo - e, igualmente, à formação das identidades.

Vistas por Cohn (2018) como dimensões da vida social, as identidades correspondem a produtos culturais socialmente construídos que estabelecem algumas metas constitutivas (APPIAH, 2018). Elementos primordiais na estruturação e organização de nossas vidas, elas se autenticam através de algumas normas que criam regularidades comportamentais - que definem não apenas como os indivíduos de uma mesma identidade devem se comportar entre si, mas também "(...) como se deve ou não reagir e atuar sobre pessoas de certas identidades" (APPIAH, 2018, p. 19).

É sobre este "portar-se" que os elementos empregues no sistema educacional - especialmente, os manuais didáticos - tendem a influir de maneira considerável, dado que atuam constante e consideravelmente no processo de formação do indivíduo enquanto um sujeito social. Indubitavelmente, torna-se válido ressaltar que apesar desta influência, sua verdadeira eficiência na promoção e validação das práticas sociais se caracteriza como algo dúbio - afinal, os modos pelos quais os sujeitos se apropriam das representações que os atingem variam de maneira considerável e, por vezes, vão de encontro às intencionalidades pretendidas (CHARTIER, 1998).

Entretanto, apesar destes aspectos se constituírem como imprescindíveis aos estudos acerca da educação, sublinha-se que as análises da materialização destas intencionalidades nos ajudam a compreender parte das tramas que compõem o sistema educacional e como este acaba por se articular aos projetos políticos vigentes no campo social.

A diplomacia brasileira nas páginas da coleção de História do Brasil e História da América de Antônio José Borges Hermida e Joaquim Silva (1951-1961)

Publicadas pela Companhia Editora Nacional no decorrer dos anos 50, as coleções selecionadas por esta pesquisa correspondem a objetos de estudo adequados às pretensões aqui almejadas. Dispondo de conteúdos cuja organização esteve intrinsecamente ligada às predisposições estabelecidas pelos programas curriculares então vigentes, estas obras podem ser tomadas como importantes exemplos acerca das articulações entre as intencionalidades

políticas de seu tempo presente e o sistema educacional em voga - visto que, ao que se torna perceptível, expressam juízos que buscam certificar as proximidades entre a política externa brasileira e o pan-americanismo norte americano.

Não seria demais recordar que estas intimidades mobilizam, expressivamente, conceitos que se pautam como imprescindíveis à afirmação do posicionamento político do Brasil frente às questões interamericanas - fato que teria como meta reiterar não apenas a relevância do país ao continente americano, mas também seu grau de civilização.

Um dos aspectos ligados a esta civilidade está, seguramente, na suposta natureza cordial de nossas relações diplomáticas - que poderiam ser interpretadas como um **reflexo** das especulações que buscavam apregoar a presumida hospitalidade; benevolência ou pacificidade de nosso próprio processo histórico. Por esse ângulo, Silva (1954) afirmava, por exemplo, que a "(...) política exterior do Brasil não se desviou de seu ideal de concórdia, fiel aos princípios da boa vizinhança entre as nações da América e cooperando para a paz do mundo" (SILVA, 1954, p. 112).

Esta cooperação pela paz mundial seria tema de discussão nas inúmeras conferências pan-americanas organizadas ao longo do tempo. Sobre estes encontros, Hermida (1959) ressaltou que o Brasil

... compareceu à tôdas elas, sempre reafirmando seus propósitos de solidariedade continental, tão bem definidos pelo Barão do Rio Branco em discurso que proferiu na Terceira Conferência Pan-Americana, reunida em 1906, no Rio de Janeiro (HERMIDA, 1959, p. 208).

No que diz respeito à figura de Rio Branco, torna-se notória a admiração sobre seus feitos. Silva (1954), por exemplo, destacou que o sujeito em questão, "(...) em sua obra máxima, a delimitação de nossas fronteiras e a elevação do prestígio de nossa terra, jamais afastou dos ideais de concórdia, de solidariedade entre as democracias americanas e outros povos" (SILVA, 1954, p. 139).

Partindo deste mesmo princípio, Hermida (1959) pontuou que Rio Branco teria elevado o país "(...) no conceito dos outros países americanos, quanto foi um dos mais

ardorosos defensores do arbitramento. A êsse recurso recorreu muitas vêzes para a solução dos conflitos de fronteiras entre o Brasil e as repúblicas vizinhas” (HERMIDA, 1959, p. 209).

Esta solução aos impasses de fronteira se fundamentava, sobretudo, na política da boa vizinhança – que garantiria um melhor entendimento entre as nações do continente (SILVA, 1956). Discorrendo sobre o papel do Brasil no reforço a estes aspectos, ele apontou que

No melhor entendimento entre tôdas as nações americanas, com uma política de boa vizinhança e de defesa dos interesses comuns do Pan-Americanismo, tem nossa pátria tomado parte ativa também na Organização das Nações Unidas (ONU), em cujas assembléias a delegação brasileira, por várias vêzes, ocupou postos de destaque (SILVA, 1956, p. 211).

Contudo, além de posicionar o país neste lugar de poder (CERTEAU, 1994), Silva (1956) também coloca em evidência a atuação diplomática acerca das contendas ligadas aos limites territoriais de nosso país. Foi por este nexo que o Brasil teria assinado, por exemplo, "(...) o tratado que concedia o Uruguai o condomínio da Lagoa Mirim, gesto que 'talvez não encontre similar nos fastos da diplomacia, não só do Brasil como de tôda a América" (SILVA, 1956, p. 139).

Também, outro episódio marcante, teria sido o desfecho dos enfrentamentos com a Bolívia, na chamada “Questão Acre”. Nessa lógica, o autor explica que na referida região

... viviam alguns milhares de brasileiros que exploravam os seringais nativos e tinham frequentes atritos com autoridades bolivianas. Pretenderam mesmo, tornar-se independentes e reunir-se depois ao Brasil; a Bolívia entendeu arrendar o território a sindicato estrangeiro, o que seria ameaçador aos interêsses; e mandou uma expedição contra os acreanos revoltados; o Brasil preparou forças para a defesa de seus filhos daquela região. Foi a êsse tempo que Rio Branco assumiu a pasta do exterior. E com calma e extraordinária habilidade resolveu a questão: pelo tratado de Petrópolis... (SILVA, 1956, p. 200).

Todavia, claramente a atuação brasileira não se restringiria apenas aos fatos conflituosos que lhes tocavam diretamente. Frente às demais relações interamericanas promovidas no hemisfério, o país teria se posicionado como um célebre promotor dos valores de solidariedade e arbitragem que caracterizavam os enunciados pan-americanistas, atuando significativamente na mediação das hostilidades desencadeadas entre as demais nações. Sob este ponto de vista, Silva (1954) salientou que

Em 1914 um conflito com marinheiros americanos deu lugar a uma demonstração naval dos Estados Unidos em Tampico; a questão, que ameaçava agravar-se ainda, melhorou com a intervenção diplomática da Argentina, Brasil e Chile (A.B.C.) (SILVA, 1954, p. 117).

Do mesmo modo, o autor chamara atenção à "(...) agitação provocada pela abertura do canal do Panamá e, depois, a ameaça duma guerra com o Peru" (SILVA, 1954, p. 117) – também evitada graças à atuação solidária de nosso país.

Para mais, na esteira destes apontamentos, Hermida (1959) também colocaria em evidência o fato em questão - ressaltando constantemente as habilidades de nossa política externa. Contudo, além do referido episódio, segundo ele, um mais grave teria sido protagonizado pela Bolívia e Paraguai, entre 1932 e 1935: a guerra do Chaco. Discorrendo sobre tal fato, o autor destacou que no decorrer das hostilidades houve uma série de tentativas à "(...) pacificação dos países beligerantes: de nada valeram os bons ofícios das repúblicas vizinhas, dos Estados Unidos e da própria Liga das Nações". Contudo, em 1935,

... quando estêve em Buenos Aires, o presidente Getúlio Vargas decidiu, com o presidente da Argentina, uma ação conjunta para, pela décima oitava vez, tentar conseguir a paz. As conferências com os representantes do Paraguai e da Bolívia foram longas e difíceis. Finalmente, em junho de 1935, as duas repúblicas concordaram em assinar um documento em que consideravam terminada a guerra. Essa vitória diplomática deu ao Brasil extraordinário prestígio em tôda a América (HERMIDA, 1959, p. 210).

Este referido prestígio nutria, de certo modo, a noção de que durante anos teríamos sido "(...) a primeira potência militar da América Latina, sem que essa superioridade de fôrça, tanto em terra como no mar, se houvesse mostrado, nunca, um perigo para os nossos vizinhos" (SILVA, 1956, p. 209) – assertiva que, nitidamente, deixava às claras tanto a suposta "superioridade" brasileira frente aos demais países latino-americanos, quanto o reforço da tão pontuada pacificidade sobre os mesmos.

Especificamente sobre este caráter pacífico, Hermida (1959) salienta que "(...) essa política pacifista do Brasil não impede que êle, honrando os compromissos com outras nações americanas, tome posição enérgica em face de qualquer agressão ao continente. Foi por isso que o Brasil participou das duas guerras mundiais" (HERMIDA, 1959, p. 203):

Quando, durante a Segunda Guerra Mundial, se verificou a agressão japonesa aos Estados Unidos o Brasil se declarou solidário com a grande nação americana. Em 1942, depois de uma conferência das nações da América, reunida no Rio de Janeiro, o Brasil rompeu relações com a Itália, Alemanha e Japão. Seguiram-se atos de hostilidade desses países, como o torpedeamento de navios mercantes brasileiros. Então, em agosto de 1942, o Brasil declarou guerras às nações agressoras (Ibid., p. 203).

Haja vista tais considerações, Borges Hermida sugere uma perspectiva interessante acerca do posicionamento brasileiro frente ao episódio em questão. Diferentemente de Silva (1956), que parte da noção de que a entrada do Brasil no confronto mundial havia se dado como resultado direto do torpedeamento dos navios brasileiros pelas nações do Eixo, Hermida (1959) pontua, à primeira vista, o apoio dado aos norte-americanos; o conseqüente rompimento com as forças do Eixo; para, por fim, destacar a participação do país no conflito – o que nos leva a entender que o ingresso do Brasil na guerra não teria se dado, apenas, devido aos ataques aos pontuados navios, mas teria sido direcionado antes mesmo, a partir do suporte concedido aos Estados Unidos.

Com efeito, muitos outros momentos da história da política externa brasileira são perceptíveis nas coleções aqui analisadas – todas imbuídas das práticas de solidariedade, dos exemplos de benevolência ou da necessária união entre as nações americanas. A julgar pelas exemplificações aqui salientadas, tornam-se perceptíveis as intencionalidades das representações mobilizadas – que, a todo momento, expressam o protagonismo brasileiro no reforço da lógica pan-americana.

Considerações finais

Levando em conta as considerações até aqui desenvolvidas, o presente trabalho buscou refletir sobre as representações a respeito das relações diplomáticas entre o Brasil e os demais países do continente americano. Tomando como objeto de estudo as coleções didáticas de História do Brasil e História da América, escritas por Antônio José Borges Hermida e Joaquim Silva e publicadas no decorrer dos anos 50, tornou-se possível problematizar o papel exercido pelos manuais escolares na veiculação dos sentidos sobre o passado, bem como as

articulações entre as intencionalidades políticas do Estado brasileiro e a produção dos materiais em questão.

Compreendidos como importantes dispositivos de normalização da cultura, os livros didáticos conservam um vultoso corpus narrativo que tende a mobilizar determinados conjuntos de memória - que, para além de fundamentar a produção das representações, viabilizam a construção de alguns modelos identitários.

Dessa forma, uma das percepções que partem da análise dos materiais aqui escolhidos está, justamente, nas suas respectivas capacidades de contribuir à consolidação da identidade pan-americana. Sobre este ponto, ao que pôde ser observado, há, em alguns recortes narrativos, a valorização da política da boa-vizinhança, propugnando a ideia de promoção da cooperação e solidariedade entre as nações americanas.

Partindo desta questão, outra percepção possível se faz a respeito de um princípio que corroboraria ao funcionamento destes aspectos – a saber: nossa suposta natureza cordial. Empregando relatos que ressaltam, a todo momento, a resolução dos antagonismos através de uma política de acordos e tratados, os manuais escolares não apenas reforçam o posicionamento do Brasil frente aos valores pan-americanos, como também estipulam um modelo discursivo que viabiliza a valorização de um imaginário sobre o país – tanto no que se refere às nossas relações cotidianas, quanto no que diz respeito aos delineamentos de nossa diplomacia.

Também, outro ponto a ser salientado é que os livros examinados apresentam narrativas que corroboram ao assentamento da ideia de preeminência do Brasil na América do Sul – noção que se justifica, por exemplo, na clara alusão à sua “superioridade de força”.

Por fim, concomitante a esta superioridade, os livros analisados colocaram em pauta uma abundância de discursos que endossavam o apaziguamento dos desentendimentos. Contendo algumas noções que teriam como desígnio a promoção da paz no continente americano, os manuais em questão não apenas ratificavam a lógica pan-americanista, como também se constituíram instrumentos de estruturação de poder do Estado brasileiro no

hemisfério ocidental – apoiando a autenticação de seu “gigantismo” junto ao cenário continental.

Referências bibliográficas

APPIAH, Kwame Anthony. Identidade como problema. In: SALLUM JÚNIOR, Brasília et al. (org). **Identities**. São Paulo: EDUSP, 2018. pp. 17-32.

ARAUJO, Rafael Pinheiro de; ALONSO, Rafael Affonso de Miranda. As relações entre Estados Unidos e América Latina (1889-1930): da Primeira Conferência Pan-Americana ao anti-imperialismo latino-americano. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 25, pp. 135-160, 2018.

ARÓSTEGUI, Julio. **La historia vivida**: sobre la historia del presente. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a idéia de “América Latina” em perspectiva histórica. **Estudos históricos**, v. 22, n. 44, pp. 289-321, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. v.1.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difusão Editora, 2002.

_____. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos VIV e XVIII. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

COHN, Gabriel. Identidades problemáticas. In: SALLUM JÚNIOR, Brasília et al. (org). **Identities**. São Paulo: EDUSP, 2018. pp. 33-39.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

FERRERAS, Norberto Osvaldo. El Panamericanismo y otras formas de relaciones internacionales en las Américas en las primeras décadas del Siglo XX. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, v. 15, p. 155-174, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HERMIDA, Antonio José. **História da América**: 2ª série: curso ginásial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. **História do Brasil**: para a primeira série do ginásial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

LACERDA, Jan Marcel de Almeida Freitas; FREITAS, Jeane Silva de. A atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e de sua burocracia internacional na defesa da democracia no continente americano. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, pp. 176-194, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v21i2.56320>. Acesso em: 28 jul. 2019.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 38, pp.125-138, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v19n38/0999.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

MINELLA, Jorge Lucas Simões. A segunda Guerra Mundial e o Pan-americanismo brasileiro. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo, 2011.

SILVA, Joaquim. **História da América**: para a segunda série do ginásial. 23. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

_____. **História do Brasil**: para a primeira série do ginásial. 44. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

TULCHIN, Joseph S. **América Latina x Estados Unidos**: uma relação turbulenta. São Paulo: Contexto, 2016.

Artigo recebido em janeiro de 2022. Aprovado em fevereiro de 2022.